

A hand holding a wooden gavel against a yellow background. The gavel is positioned vertically, with the head at the top and the handle extending downwards. The hand is gripping the handle, and the gavel's head is partially obscured by the large text 'DIREITO:'.

# DIREITO:

JUSTIÇA, POLÍTICAS  
PÚBLICAS E AS  
RELAÇÕES ENTRE  
ESTADO E SOCIEDADE

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos  
(Organizadores)

 **Atena**  
Editora  
Ano 2021



# DIREITO:

JUSTIÇA, POLÍTICAS  
PÚBLICAS E AS  
RELAÇÕES ENTRE  
ESTADO E SOCIEDADE

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos  
(Organizadores)

 **Atena**  
Editora  
Ano 2021

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrááo Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Secconal Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadores:** Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

D598 Direito: justiça, políticas públicas e as relações entre estado e sociedade / Organizadores Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos, Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-719-2

DOI 10.22533/at.ed.192210801

1. Direito. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Vasconcelos, Thamires Nayara Sousa de (Organizadora). III. Título.

CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

Em **DIREITO: JUSTIÇA, POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES ENTRE ESTADO E SOCIEDADE**, coletânea de dezoito capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, se faz presente discussões de temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica inclusiva que impacta na construção de um estado democrático de direito genuinamente diverso e de/para todos.

Temos, nesse primeiro volume, três grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos de direitos humanos; direito penal, sistema prisional e violência doméstica; além de sociedade e novas reflexões sobre o direito.

Estudos de direitos humanos traz análises relevantes sobre a Comissão Interamericano de Direitos Humanos, migração, mobilidade urbana e refugiados.

Em estudos de direito penal, sistema prisional e violência doméstica são verificadas contribuições que versam sobre acordo de não persecução penal, direito à saúde e cárcere, rebeliões, encarceramento da população negra, superpopulação prisional, porte e posse de arma, feminicídio e violência doméstica.

Sociedade e novas reflexões sobre o direito aborda questões como a visão da temática de direitos humanos perante estudantes, gênero, feminismo, democracia e sociedade patriarcal.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

A ATUAÇÃO DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS COMO EXEMPLO DE APLICAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO GLOBAL

Maíra Bogo Bruno

**DOI 10.22533/at.ed.1922108011**

### **CAPÍTULO 2..... 12**

OFENSA A CONVENÇÃO SOBRE O DIREITO DAS CRIANÇAS COMETIDA PELOS ESTADOS UNIDOS: A SEPARAÇÃO DE FAMÍLIAS COMO POLÍTICA DE RETENÇÃO A MIGRAÇÃO

Newton Teixeira Carvalho

Renata Cristina Araújo

**DOI 10.22533/at.ed.1922108012**

### **CAPÍTULO 3..... 25**

MOBILIDADE URBANA: UMA ANÁLISE COM FOCO NOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Odoncleber de Souza Machado

Sílvia Leiko Nomizo

Mônica Renata Dantas Mendonça

**DOI 10.22533/at.ed.1922108013**

### **CAPÍTULO 4..... 38**

AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO EFETIVAÇÃO DO DIREITO DOS REFUGIADOS VENEZUELANOS NO BRASIL

Jonas Modesto de Abreu

Bruno Henrique Martins de Almeida

**DOI 10.22533/at.ed.1922108014**

### **CAPÍTULO 5..... 51**

APLICABILIDADE TEMPORAL DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

Daniel Godoy Danesi

Luis Carlos Simionato Junior

**DOI 10.22533/at.ed.1922108015**

### **CAPÍTULO 6..... 68**

O DIREITO HUMANO À SAÚDE NO CÁRCERE: INCONSTITUCIONALIDADES DO PACOTE ANTICRIME E O CERCEAMENTO AO DIREITO DE VISITA

Paloma Gurgel de Oliveira Cerqueira

Camila Miranda Vidigal

**DOI 10.22533/at.ed.1922108016**

### **CAPÍTULO 7..... 78**

REBELIÕES E CRIMES BÁRBAROS NA PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DO MONTE CRISTO (PAMC): A CRISE NO SISTEMA PRISIONAL DE RORAIMA

Gibton Pereira de Andrade

**DOI 10.22533/at.ed.1922108017**

<b>CAPÍTULO 8.....</b>	<b>96</b>
<b>O NEGRO NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO: O ENCARCERAMENTO DA POPULAÇÃO NEGRA NO MUNICÍPIO DE ILHÉUS/BA</b>	
Georgia Cristina Neves Couto Marcelle Paula Almeida Santos Jade Couto Vasconcelos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1922108018</b>	
<b>CAPÍTULO 9.....</b>	<b>109</b>
<b>SUPERPOPLAÇÃO NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO: A NÃO EFETIVAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL E DOS DIREITOS HUMANOS</b>	
Luan Pereira Cordeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1922108019</b>	
<b>CAPÍTULO 10.....</b>	<b>121</b>
<b>QUEM NÃO QUER SER LOBO NÃO LHE VESTE A PELE – ANÁLISE DO CASO SALTÃO</b>	
Susana Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19221080110</b>	
<b>CAPÍTULO 11.....</b>	<b>129</b>
<b>FLEXIBILIZAÇÃO DO PORTE E POSSE DE ARMA DE FOGO: O ESTADO DA ARTE DO PROBLEMA</b>	
Rucélia Patricia da Silva Marques Andressa do Nascimento José Roberto Alves da Silva Matheus Santos Baptista Luanda Pinheiro Alencar	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19221080111</b>	
<b>CAPÍTULO 12.....</b>	<b>141</b>
<b>O FEMINICÍDIO E A FRUSTRAÇÃO DO DIREITO DE VIVER DA MULHER NEGRA BRASILEIRA</b>	
Ana Cristina Tomasini	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19221080112</b>	
<b>CAPÍTULO 13.....</b>	<b>150</b>
<b>ANÁLISE SITUACIONAL DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E FEMINICÍDIO EM SONORA - MS</b>	
Paulo Henrique da Silva Jacqueline de Carvalho Valentim Maria Sirene da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19221080113</b>	
<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>159</b>
<b>A PROTEÇÃO SOCIAL DAS MULHERES CONTRA VIOLÊNCIA DOMESTICA E A PERSPECTIVA DE DIREITOS: UMA REFLEXÃO DESDE AMERICA LATINA AO</b>	

TOCANTINS

*Eliseu Riscaroli*

**DOI 10.22533/at.ed.19221080114**

**CAPÍTULO 15..... 173**

O QUE PENSAM OS JOVENS ESTUDANTES SOBRE A TEMÁTICA “DIREITOS HUMANOS”

*Márcia Elisa Teté Ramos*

**DOI 10.22533/at.ed.19221080115**

**CAPÍTULO 16..... 185**

GÊNERO, FILOSOFIA E DIREITOS: O FEMINISMO E O LIBERALISMO POLÍTICO

*Vitor Amaral*

**DOI 10.22533/at.ed.19221080116**

**CAPÍTULO 17..... 195**

DEMOCRACIA, STF E A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

*Maria Ligia Ganacim Granado Rodrigues Elias*

*Isadora Vier Machado*

**DOI 10.22533/at.ed.19221080117**

**CAPÍTULO 18..... 213**

AS LEIS E A SEGREGAÇÃO: COMO AS LEIS INFLUENCIARAM A SEGREGAÇÃO SEXUAL NA SOCIEDADE PATRIARCAL CONTEMPORÂNEA

*Milena Guerin Alves*

**DOI 10.22533/at.ed.19221080118**

**SOBRE OS ORGANIZADORES ..... 221**

**ÍNDICE REMISSIVO..... 222**

## QUEM NÃO QUER SER LOBO NÃO LHE VESTE A PELE – ANÁLISE DO CASO SALTÃO

Data de aceite: 04/01/2021

**Susana Costa**

Centro de Estudos Sociais, Universidade de  
Coimbra  
Portugal  
<https://orcid.org/0000-0002-5786-5764>

**RESUMO:** Os documentos produzidos pela polícia medeiam os entendimentos entre a cena do crime e o tribunal. A polícia dá visibilidade a uma narrativa e atribui legitimidade à sua performance. A decisão de dar a ver certos aspetos da narrativa, deixando outros invisíveis depende, em larga medida, do conhecimento forense e da *consciência forense* dos atores envolvidos e pode ter repercussões na produção de uma prova robusta e, conseqüentemente, na sentença em tribunal. Este artigo baseia-se na análise de um caso de homicídio ocorrido em 2012 e julgado num tribunal português que ficou conhecido como o caso Saltão.. Explorando este caso, cuja principal suspeita foi Ana Saltão, uma inspetora da Polícia Judiciária (PJ) acusada de matar a avó do marido, procurarei mostrar como a consciência forense foi mobilizada pela defesa e pela acusação de diferentes formas. Por um lado, a acusação e a polícia de investigação criminal construíram a sua narrativa baseando-se na sua intuição de que Ana Saltão era a principal e única suspeita do homicídio da senhora, justificando alguns dos contornos do crime com o conhecimento de Ana Saltão para não deixar vestígios. Por outro lado, a defesa de

Saltão usou o seu próprio conhecimento como profissional da polícia para tornar visíveis as fragilidades da atividade policial, desconstruindo toda a prova recolhida, tentando vestir a pele da ovelha e transformando a polícia em lobo. Quem é o lobo? Quem é a ovelha?

**PALAVRAS-CHAVE:** Consciência forense, conhecimento forense, prova, contaminação.

**ABSTRACT:** The documents police officers produce mediate the understanding between the crime scene and the court. The police give visibility to the narrative and assigns legitimacy to its performance. The decision to give to see certain aspects of the narrative, leaving others invisible depends largely on the forensic knowledge and the forensic awareness of the actors involved, which may have repercussions in the production of robust evidence and, consequently, on the verdict. This paper is based in a qualitative analysis of a homicide case occurred in 2012, judged in a Portuguese court. Exploring this case, whose main suspect was Ana Saltão - a police officer, charged of murdering her husband grandmother, I will try to show how the *forensic awareness* was used by the defense and by the prosecution in different manners. On the one hand, the Public Attorney and the criminal investigation police constructed their narrative based on their confidence that Ana – the wolf, was the main and unique suspect of the murderer of the older woman, justifying some of the contours of the crime with Ana’s knowledge of how do not leave traces. On the other hand, Ana’s defense used her inner knowledge as a police professional to turn

visible the fragilities of the police activity, deconstructing all the evidence collected, trying to dress the sheep skin and make the police in the wolf. Who is the wolf? Who is the sheep?

**KEYWORDS:** Forensic awareness, forensic knowledge, evidence, contamination.

## INTRODUÇÃO

As tecnologias forenses são hoje ferramentas incontornáveis usadas pela investigação criminal e que visam ajudar o sistema de justiça, tornando-o mais credível e menos falível.

Se o uso das tecnologias e o conhecimento científico podem proporcionar um caráter mais robusto e credível à prova forense, depende igualmente das práticas, entendimentos socioculturais e conhecimento forense dos atores que compõem o sistema judicial (LYNCH ET AL., 2008; WYATT, 2014; COSTA, 2017; MACHADO & COSTA, 2013). Compreender a prova forense em tribunal implica recuar às práticas de interpretação e montagem da prova (KRUSE, 2016) e avaliar o conhecimento forense demonstrado por quem recolhe, avalia e valora os elementos que compõem a prova.

À luz dos estudos sociais da ciência (JASANOFF, 2006, 2005, LYNCH ET AL. , 2008), este artigo procura contribuir para um melhor entendimento sobre o conhecimento socialmente construído acerca da investigação criminal e da justiça criminal. Para tal, parte-se do conceito proposto por Beauregard & Bouchard (2010, pp. 2014) de *consciência forense* (“forensic awareness”) que pode ser definido como “os passos adicionais dados e a adaptação do modus operandi usado no crime para esconder prova com vista a evitar ser apanhado”.<sup>1</sup>

Tentarei mostrar de que modo a *consciência forense* pode ser apropriada, interpretada e acionada de diferentes formas, por diferentes atores, em função do seu posicionamento, em cada momento no processo de construção da prova, e o caráter instrumental que a prova forense pode adquirir em função do conhecimento forense de quem tem que interpretá-la. Veremos como a *consciência forense* foi apropriada quer pela acusação, quer pela defesa para mostrar a culpabilidade ou a inocência da arguida.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Os materiais usados neste artigo foram recolhidos durante a análise do Processo Saltão (849/12.1 JACBR), após autorização concedida pelo Juiz Presidente do Tribunal Judicial de Coimbra e do Presidente do Tribunal da Relação de Coimbra, para a consulta e uso dos elementos do processo, sob anonimato dos intervenientes, à exceção da arguida. Foi usada uma abordagem qualitativa baseada na “grounded theory” (CHARMAZ, 2006).

---

<sup>1</sup> Tradução da responsabilidade da autora.

## O caso<sup>2</sup>

Saltão é uma inspetora da PJ acusada de matar a avó do marido – Laura -, encontrada morta com 14 tiros no dia 21 de novembro de 2012.

De acordo com o relatório da PJ não havia sinais de entrada forçada ou roubo, os familiares não apontaram para nenhum suspeito, e, deste modo, a PJ assumiu “proximidade do autor” (849/12.1 JACBR, pp. 11).

Na noite em que Laura foi assassinada, Eduardo, neto da vítima, marido de Saltão e também inspetor da PJ (diretoria do Norte), ao receber a notícia dirigiu-se da Maia (cidade onde morava) para Coimbra. No regresso a casa, já de madrugada, conversou ao telefone com o seu chefe, a quem mencionou o desaparecimento de uma arma GLOCK 9 mm das instalações da Diretoria do Norte da PJ. De acordo com o relatório da PJ, Eduardo em auto de declarações referiu que o casal passava por dificuldades económicas, tendo pedido 1500€ emprestados à vítima. Mencionou ainda que Saltão estava a ser seguida por um psiquiatra devido a uma depressão. Embora não sabendo as razões que levariam à morte da avó, assinalou ter conhecimento de alguns elementos que potencialmente poderiam envolver a sua mulher (849/12.1 JACBR, pp. 80). Refere que nesse dia saiu para trabalhar, enquanto Saltão teria ficado ainda deitada, devido a uma intervenção cirúrgica a um tumor no útero dias antes. Tentou ligar-lhe durante a tarde mas o seu telefone esteve sempre desligado. No entanto, Eduardo não se apercebeu de nenhum comportamento estranho por parte da sua mulher. No dia seguinte o casal foi chamado à PJ para prestar declarações. Eduardo confidenciou aos colegas que Saltão se terá atrasado a chegar a casa e com o carro lavado e aspirado. Confrontada com essa limpeza, Saltão terá referido que como o sogro tinha andado no carro na noite do homicídio poderia tê-lo contaminado, uma vez que tinha estado próximo do corpo da vítima (849/12.1 JACBR, pp. 82).

No dia 25 de novembro foi feita uma busca a casa do casal, tendo sido recolhido um casaco, umas calças e umas sapatilhas de Saltão. Um dia depois a PJ fez a apreensão do computador do casal. Nesta diligência a PJ apercebeu-se de um ferimento na mão direita de Saltão, tendo ela justificado ter-se queimado dias antes a fazer uma omelete. A PJ solicitou-lhe que os acompanhasse ao gabinete médico legal para fazer a perícia ao ferimento.

Uma semana após o crime a PJ fez uma avaliação da culpabilidade de Saltão, baseando-se em diversas circunstâncias que potencialmente poderiam colocá-la na cena de crime, maioritariamente com base no testemunho formal e informal de Eduardo – marido de Saltão.

Na narrativa da PJ, com a morte de Laura, Saltão iria beneficiar da herança. Saltão era gastadora compulsiva e lidava mal com problemas financeiros, o que levava a discussões entre o casal, chegando a ameaças de morte (849/12.1 JACBR, pp. 176). Para

<sup>2</sup> Todos os elementos suscetíveis de identificar a identidade dos intervenientes foram alterados para nomes fictícios, com vista a preservar o seu anonimato e confidencialidade do caso.

a PJ Saltão apresentava um “quadro clinicamente complexo”, com uma história de abuso de álcool, uma personalidade fria e calculista, com ascendente sobre o marido. Uma vez que uma arma e respetivo carregador teriam desaparecido de um gabinete da Diretoria do Norte da PJ e haver coincidência entre as munições no carregador desaparecido (14 munições) e as cápsulas deflagradas na cena de crime (14 cápsulas) a PJ assume que a arma roubada foi “muito provavelmente a arma usada no crime” (849/12.1 JACBR, pp. 175).

O Ministério Público (MP) reproduziu e legitimou a narrativa construída pela PJ. Com uma prova fraca, de forma a torná-la mais credível, o MP detalhou o que pensa ter sido a ordem dos acontecimentos, recorrendo a uma sequência lógica e afirmativa dos alegados factos. Usando uma linguagem jurídica e, simultaneamente, muniu-se de um argumento central para mostrar a força da acusação, baseando-se no argumento da “consciência forense” da arguida (BEAUREGARD & BOUCHARD, 2010) para ter praticado o crime sem deixar qualquer vestígio. O conhecimento de Saltão, como inspetora da PJ acerca dos procedimentos na recolha e armazenamento de vestígios na cena do crime serviu, assim, simultaneamente, para mostrar como Saltão poderia ter praticado o crime sem deixar marcas da sua passagem (LOCARD, 1928) mas, simultaneamente, para justificar a ausência de vestígios na cena de crime, que a PJ e o MP não conseguiram encontrar. Com base neste relatório o Departamento de Investigação e Ação Penal de Coimbra (DIAP), uma semana após o crime, considerou Saltão arguida no processo e ordenou a sua prisão preventiva, assim permanecendo seis meses.

## CONSCIÊNCIA FORENSE E CONHECIMENTO FORENSE

Se o conhecimento forense da arguida foi inicialmente usado pela acusação para demonstrar como o crime poderia ter sido perpetrado sem deixar qualquer vestígio, mais tarde, quando a arguida teve acesso à acusação e ao conteúdo do processo judicial, Saltão fez igualmente uso da sua *consciência forense* para a sua defesa.

É neste jogo de consciência e conhecimento forense esgrimido em tribunal que o caso ganhou contornos particularmente interessantes e que permitem analisar de que forma as diferentes culturas epistémicas (KNORR-CETINA, 1999; KRUSE, 2016; COSTA, 2017) valoraram as provas carreadas para o processo e como o conhecimento e a *consciência forense* de cada ator foi usado (BEAREGARD & BOUCHARD, 2010)

As principais provas forenses constantes no processo eram: o casaco da arguida (recolhido na busca feita a sua casa), um ferimento na sua mão direita e a arma Glock 9 mm, desaparecida da PJ (e que nunca apareceu).

Tentarei analisar cada um destes elementos à luz do conhecimento forense acerca dos vestígios analisados pelos diferentes atores, e como foram incorporados e valorados na construção da narrativa acusatória e a forma como o argumento da *consciência forense* foi usado pela acusação para dar credibilidade à prova científica e à narrativa construída

pela acusação. Por outro lado, analisarei como é que o argumento da *consciência forense* foi mobilizado pela própria defesa para descredibilizar a acusação.

O casaco de Saltão foi recolhido na busca domiciliária realizada pela PJ. Através das análises periciais elaboradas pelo Laboratório de Polícia Científica (LPC) levantaram-se um conjunto de questões concernentes a contaminação, à forma como decorreram as buscas e como foram recolhidos e armazenados os pertences da arguida apreendidos.

O relatório do LPC referiu que as partículas encontradas no casaco eram do mesmo tipo que as partículas encontradas na cena do crime. Para a acusação tal foi interpretado como as partículas de pólvora encontradas no casaco serem as mesmas dos projecteis encontrados na cena do crime e, deste modo, associaram as partículas do casaco à arma. Para além disso, tinha desaparecido uma Glock da PJ e Saltão apresentava um ferimento na mão e, como inspetora da PJ, sabia manusear uma arma de fogo. Acresce o relatório elaborado pelo Gabinete Médico Legal à lesão na mão, que foi interpretado pela acusação como tendo sido resultado do (mau) uso da arma. Porém, o relatório refere que o ferimento pode ter sido produzido “por objeto contundente ou atuando como tal, não podendo excluir-se a atuação de um agente térmico (...)” (849/12.1JACBR, pp. 123). Nem o perito que elaborou o relatório, nem o consultor ouvido em julgamento excluíram a hipótese de tal ferimento poder ter sido causado por uma queimadura na frigideira, tal como Saltão referiu às autoridades.

O argumento usado pela acusação baseado no conhecimento forense e *consciência forense* da arguida de forma a credibilizar a sua teoria de que Saltão matou Laura, acabaria por ser usado pela defesa e pela própria arguida para desacreditar a interpretação da prova.

Para a defesa, sendo Saltão uma boa atiradora, não faria sentido que ao manusear a arma fizesse um ferimento na mão, como não faria sentido que precisasse de 14 tiros para praticar o crime. Embora tenham sido encontradas partículas de pólvora no casaco, a sua quantidade não era elevada. Para a acusação, por seu turno, a razão associada com a quantidade diminuta de partículas de pólvora no casaco poderia ser explicada pela *consciência forense* da arguida para não deixar vestígios. Além disso, ela teria entregue o casaco às autoridades sabendo que as partículas encontradas no casaco não revelariam qualquer vestígio visível que a pudesse associar ao homicídio. Pelo contrário, para a defesa, Saltão entregou o casaco à investigação sabendo que se tivesse cometido o crime, o casaco teria vestígios de pólvora e, conseqüentemente, poderia incriminá-la. Se Saltão era inspetora da PJ, os resíduos de pólvora poderiam advir da sua própria atividade profissional ou poderiam ser fruto de contaminação primária ou contaminação secundária (GILL, 2016), fruto de um deficiente tratamento do material recolhido (SAULSBURY ET AL., 1994)

O casaco tornou-se então uma pedra basilar no julgamento. Quando questionada pelo juiz sobre a presença de partículas de pólvora no seu casaco, Saltão lançou pela

primeira vez a dúvida sobre contaminação.

Quando Saltão e a sua defesa tiveram acesso ao processo que se confrontam com os elementos que compunham a acusação e diligências efetuadas. Uma vez que era inspetora da PJ, reconheceu o espaço onde o seu casaco foi fotografado - o chão das instalações da diretoria do centro da PJ (cidade onde ocorreu o crime).

Quanto à busca efetuada a sua casa, a arguida esclareceu em tribunal que os inspetores que fizeram a busca registaram que “nada com interesse para os autos foi encontrado”, tendo sido subsequentemente assinado o auto. Só após esse procedimento perguntaram à arguida se se lembrava da roupa que teria vestido no dia do crime e se poderia ir buscá-la. Saltão referiu que foi buscar um casaco, umas calças e umas sapatilhas e entregou à PJ num saco de plástico de supermercado (849/12.1 JACBR, pp. 3815).

Este momento marcou de forma indelével os momentos subsequentes do julgamento e, em particular, a narrativa apresentada pela defesa. Desse momento em diante, a defesa focou-se na criação de dúvidas sobre os procedimentos usados pela polícia no que respeita à recolha de prova contra Saltão.

## DISCUSSÃO

Este caso tornou-se relevante por ter colocado a descoberto os problemas com a investigação, o papel da *consciência forense* na criação de diferentes narrativas e o conhecimento forense das diferentes culturas epistémicas e atores do sistema judicial na valoração da prova.

Por um lado, o MP e a PJ construíram a a sua narrativa baseando-se na crença de que Saltão era a principal e única suspeita do crime, justificando alguns dos contornos do crime com a sua *consciência forense* para praticar o crime sem deixar rasto. No entanto, negligenciaram alguns aspetos relevantes da investigação criminal que coloca em causa o seu conhecimento forense. Revelaram ainda desconhecimento forense ao interpretarem relatórios que apontavam para semelhanças como sendo “os mesmos”. Por outro lado, o duplo *status* de Saltão, como arguida e como inspetora da PJ permitiu-lhe fazer uso do seu conhecimento incorporado das práticas policiais e, assim, revelar algumas das fragilidades do trabalho da investigação criminal. Consequentemente, criando incerteza acerca da prova recolhida contra si e desconstruída em tribunal.

O conhecimento forense de Saltão permitiu-lhe evidenciar quebras no protocolo relativamente à recolha e armazenamento dos seus pertences, levantando dúvidas sobre a cadeia de custódia da prova. Ao mesmo tempo, permitiu fazer uma avaliação acerca do grau de conhecimento forense do MP relativamente à valoração e interpretação da prova carreada para o processo.

A forma como este caso em particular foi investigado e trazido a tribunal revela os vieses socioculturais que afetam a forma como o conhecimento forense em determinados

contextos pode ser construído e o peso que a *consciência forense*, mais do que a prova forense, pode ter na valoração do caso.

Parece claro que, no caso Saltão, a prova forense foi valorada de forma diferente em função dos papéis profissionais e em função das diferentes culturas epistémicas. A prova científica, como objeto epistémico, revelou ter um carácter instrumental dependendo da interpretação dada por cada cultura epistémica acerca da *consciência forense* da arguida que permitisse justificar a presença ou ausência de determinados vestígios.

## CONCLUSÃO

Mais do que a prova científica, foi a prova circunstancial, os entendimentos socioculturais das diferentes culturas epistémicas e a valoração da *consciência forense* atribuída à arguida que permitiram construir a narrativa de culpabilidade. Foi também essa *consciência forense* e conhecimento forense de Saltão que permitiram desacreditar a prova.

Saltão foi ilibada por um tribunal de juri, condenada a 17 anos pela Tribunal da Relação (TR). Após recurso interposto pela defesa o caso subiu ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ) que ordenou a repetição do julgamento, sendo novamente ilibada. Novo recurso interposto pelo MP e o TR indefere o pedido, ilibando Ana Saltão, com base no princípio “in dubio pro reo”.

Ao invés do conhecimento forense ter sido mobilizado pelos diferentes atores para produzir prova científica robusta e conclusiva – nomeadamente prova assente em vestígios biológicos, que esteve ausente - o argumento da *consciência forense* mobilizado pela acusação foi aproveitado pela defesa para revelar as fragilidades e o desconhecimento forense da acusação. Todos caíram na armadilha do lobo. Quem é o lobo?

## FINANCIAMENTO

Esta investigação teve o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e de Fundos Europeus no âmbito do Projeto Estartégico (UID/SOC/50012/2013), no âmbito da bolsa de pós-doutoramento SFRH/BPD/108667/2015) e do contrato individual DL57/2016CP1341/CT0004

## AGRADECIMENTOS

Um agradecimento é devido ao Juiz Presidente do Tribunal Judicial de Coimbra e ao Presidente do Tribunal da Relação de Coimbra que autorizaram a consulta e uso deste processo para fins de investigação e publicação científica.

## REFERÊNCIAS

BEAUREGARD, E. e BOUCHARD, M. Cleaning up your act: Forensic awareness as a detection avoidance strategy, *J. Crim. Justice*. 38, 1160–1166. doi:10.1016/j.jcrimjus.2010.09.004 2010.

CHARMAZ, K., *Constructing grounded theory: A practical guide through qualitative analysis*, SAGE Publications, Thousand Oaks, CA, 2006.

COSTA, S. Visibilities, invisibilities and twilight zones at the crime scene in Portugal, *New Genet. Soc.* 36, 375–399. doi:10.1080/14636778.2017.1394835, 2017.

GILL, P. Analysis and implications of the miscarriages of justice of Amanda Knox and Raffaele Sollecito, *Forensic Sci. Int. Genet.* 23, 9–18. doi:10.1016/j.fsigen.2016.02.015, 2016.

JASANOFF S. Just evidence: The limits of science in the legal process, *J. Law, Med. Ethics.* 34, 328–341. doi:10.1111/j.1748-720X.2006.00038.x, 2006.

JASANOFF, S. (1995) *Science at the bar. Law, science, and technology in America*, Harvard University Press, Cambridge, MA and London, UK, 1995.

KNORR-CETINA, K. , *Epistemic cultures. How the sciences make knowledge*, Harvard University Press, Cambridge, MA; London, UK., 1999.

KRUSE, C., *The social life of forensic evidence*, University of California Press, Oakland, CA, 2016.

LOCARD, E., *Manuel de Technique Policière*, Paris, Payot, 1928.

LYNCH M. et al. *Truth machine: The contentious history of DNA fingerprinting*, University of Chicago Press, Chicago. 2008

MACHADO, H. e COSTA., S. Biolegality, the forensic imaginary and criminal investigation, *Rev. Crit. Cienc. Sociais.* 5, 84–105. <http://rccsar.revues.org/490>, 2013.

SAULSBURY ET AL.. *Using Physical Evidence. An examination of Police Decision Making*. London: The Police Foundation, 1994.

WYATT, D. *Accomplishing technical and investigative expertise in everyday crime scene investigation*, University of Exeter, 2014.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Arma 123, 124, 125, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 157, 214, 218

### C

Comissão interamericana de direitos humanos 1, 2, 3, 4, 6, 9, 11

### D

Democracia 106, 107, 171, 172, 195, 202, 204, 205, 206, 207, 209

Direito 1, 2, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 56, 58, 63, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 82, 83, 84, 85, 94, 96, 97, 98, 102, 103, 106, 108, 109, 111, 112, 114, 130, 136, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 147, 148, 155, 157, 158, 161, 165, 177, 180, 181, 187, 190, 192, 193, 195, 197, 202, 203, 206, 208, 209, 210, 211, 213, 218, 220, 221

Direito à saúde 68, 70

Direito das crianças 12, 20, 22, 24

Direitos humanos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 50, 68, 69, 70, 74, 76, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 94, 95, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 120, 148, 159, 163, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 179, 180, 183, 184, 198, 199, 203, 205, 210, 218, 221

### E

Estado 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 22, 23, 26, 27, 28, 34, 41, 42, 45, 46, 47, 48, 50, 52, 63, 64, 69, 71, 73, 74, 76, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 102, 111, 112, 113, 114, 115, 118, 119, 123, 129, 130, 133, 134, 138, 140, 145, 150, 152, 153, 157, 158, 159, 161, 165, 167, 168, 174, 176, 177, 180, 185, 188, 189, 190, 193, 200, 204, 205, 210, 211, 221

### F

Feminicídio 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158

Filosofia 184, 185, 190, 193, 194

### G

Gênero 55, 108, 141, 142, 143, 146, 147, 148, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 161, 163, 166, 167, 172, 174, 185, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 218, 220

## **J**

Justiça 6, 8, 9, 12, 25, 28, 35, 37, 51, 52, 61, 62, 63, 65, 67, 74, 75, 76, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 106, 107, 113, 114, 116, 117, 120, 122, 127, 156, 157, 158, 161, 163, 165, 167, 168, 170, 171, 172, 176, 189, 191, 193, 194, 195, 203, 204, 206, 207, 208, 209

## **L**

Lei de execução penal 68, 70, 73, 76, 77, 81, 94, 109, 112, 113, 115, 119, 120

## **M**

Mobilidade urbana 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37

Mulher 55, 123, 141, 142, 143, 144, 146, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 198, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220

## **P**

Pacote anticrime 54, 62, 66, 68, 70, 75

Persecução penal 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67

Política 12, 13, 15, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 26, 27, 29, 31, 32, 35, 36, 37, 40, 42, 50, 56, 69, 79, 92, 94, 97, 100, 101, 103, 107, 115, 119, 134, 140, 148, 161, 162, 184, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 196, 198, 199, 200, 203, 204, 208, 209, 210, 212

Políticas públicas 7, 21, 27, 29, 36, 38, 39, 40, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 88, 98, 103, 104, 111, 115, 120, 142, 147, 150, 152, 155, 156, 174, 192, 199, 221

População negra 96, 97, 100, 103, 105, 108

Porte 34, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139

Posse 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 157, 169, 189, 212

## **R**

Rebeliões 78, 79, 81, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93

Refugiados 15, 16, 23, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 179

## **S**

Segregação 103, 107, 191, 213, 214, 216, 218, 220

Sistema prisional 76, 78, 79, 80, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 106, 110, 114, 115, 119, 120, 175

Sociedade 10, 14, 25, 28, 32, 33, 34, 35, 42, 46, 47, 52, 68, 69, 71, 74, 75, 80, 81, 82, 85, 88, 89, 90, 92, 93, 96, 98, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 133, 140, 141, 145, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 161, 166, 172, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 185, 189, 190, 191, 193, 196, 200, 202, 204, 206, 208, 209, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 221

Sociedade patriarcal 158, 213, 214, 215, 217

Superlotação 78, 79, 80, 81, 82, 90, 93, 109, 113, 114, 115, 118, 119, 173, 175, 176

## **V**

Violência doméstica 55, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 166, 189, 192, 214, 218, 219

# DIREITO:

JUSTIÇA, POLÍTICAS  
PÚBLICAS E AS  
RELAÇÕES ENTRE  
ESTADO E SOCIEDADE

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

  
Atena  
Editora  
Ano 2021

# DIREITO:

JUSTIÇA, POLÍTICAS  
PÚBLICAS E AS  
RELAÇÕES ENTRE  
ESTADO E SOCIEDADE

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

Ano 2021